

## GOVERNO MUNICIPAL

### CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

**Parecer:** nº. 056/CGMU.CI/Decreto/131/2013/GAB/2016.

**Processo:** nº. 060/Análise de documentos que fazem referência ao Processo **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015 – FME, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ULIANÓPOLIS/PA**, conforme condições e especificações constantes e estabelecidas no Anexo I do Edital e Edital do referido Pregão Presencial.

**Origem:** Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação.

**Documento:** Comunicação Interna nº. 15162/2016/Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Processo Pregão Presencial nº. 013/2015 – FME, Ofício nº. 274/2015/Requisitório/Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação/Planilha – FME – 2.056, folhas 01 as 06, Despacho nº. 1100/2015-GAB-PMU em resposta ao Ofício nº. 274/2015, folhas 07, Ofício nº. 313/2015/Requisitório/Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação/Planilha – FME – 2.050, folhas 08 as 13, Despacho nº. 13/2015-GAB-PMU em resposta ao Ofício nº. 313/2015, folhas 14, Documento de Orçamentos/Cotações de Preços de empresas interessadas na participação do certame, folhas 15 as 24, cópia do Decreto nº. 044/2015 – PMU, folhas 25 e 26, Documento de Justificativa da Comissão Permanente de Licitação – CPL da Realização de Modalidade Pregão Presencial, folhas 27, Certificação da Disponibilidade Orçamentária para realização do Processo na classificação Institucional, evidenciando a Unidade Administrativa responsável pela execução da despesa (Órgão Incumbido de Executar a



16/03/16  
91130196  
Diretoria de Planejamento e Gestão  
Prefeitura Municipal de Ulianópolis





Programação Orçamentária), folhas 28, Certificação do Departamento de Tesouraria da Disponibilidade Financeira para realização do Processo, folhas 29, Autorização da Chefe do Executivo à Comissão Permanente de Licitação – CPL para providências cabíveis, instauração do Processo Administrativo de Licitação na modalidade de espécie, folhas 30, Edital de Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 013/2015 – FME, folhas 31 as 54, Despacho da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Assessoria Jurídica e Parecer Jurídico opinando pela aprovação da minuta em questão, folhas 55 e 56, cópia do ato de publicação no Diário Oficial da União, em 14 de Dezembro de 2015, folhas 57, cópia do ato de publicação no Jornal da Amazônia, em 14 de Dezembro de 2015, folhas 58, documentos de habilitação das empresas participantes do certame, folhas 59 as 448, Ata de Realização do Pregão Presencial, folhas 449 as 476, Relação de Proponentes por Itens, folhas 477 as 483, Resultado de Julgamento da Licitação/Termo de Adjudicação do Pregão Presencial nº. 013/2015 – FME, folhas 484 as 490, Despacho da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Assessoria Jurídica e Parecer Jurídico favorável à Homologação em favor dos Licitantes Vencedores, **J & M COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, CNPJ Nº. 23.625.274/0001-71, O CORINGÃO LTDA, CNPJ Nº. 03.030.688/0001-40, A S NAGASE & CIA LTDA - EPP CNPJ Nº. 09.721.163/0001-38, M. N. COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ Nº. 03.667.772/0001-70, DISTRIBUIDORA J D C LTDA – ME, CNPJ Nº. 17.341.646/0001-70 e ADAUTO LUIZ SILVA DOS SANTOS – ME, CNPJ Nº. 14.643.197/0001-91**, folhas 491 e 492, realinhamento de preços dos licitantes vencedores, folhas 493 as 503, Resultado de Julgamento da Licitação/Termo de Homologação do Pregão Presencial nº. 013/2015 – PG/FME, folhas 504 as 511, Termos dos Contratos nº. 20160015, nº. 20160016, nº. 20160017, nº. 20160018, nº. 20160019 e nº. 20160020, folhas 522 as 566, Extratos dos Contratos.

16/03/16  
Prefeitura Municipal de Ulianópolis  
Dalvécia Guimarães Peron  
Diretora Departamento de Licitação



folhas 567 as 572, cópia da publicação final dos Extratos dos Contratos no Diário Oficial da União, em 04 de Fevereiro de 2016, folhas 573.

**AUTORIDADE SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**ASSUNTO:** Solicitação de parecer conforme documentos acima transcritos.

Análise 060, documentos que fazem referência ao Processo **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015 – FME, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ULIANÓPOLIS/PA**, conforme condições e especificações constantes e estabelecidas no Anexo I do Edital e Edital do referido Pregão Presencial.



A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através da Comunicação Interna nº. 15162/2016, requer análise e parecer deste Controle Interno, acerca do Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº. 013/2015 – FME.

Pregão é definido como a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

O Processo Licitatório, apresentado a este Controle, observa-se que busca cumprir os princípios, conforme dispõe as Lei nº 10.520/02 e Lei Complementar 123/06 e as alterações pertinentes:

160316  
Assessoria Jurídica  
Assessoria Jurídica  
Assessoria Jurídica





*“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.”*

*“Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”*

## PROCEDIMENTO DO PREGÃO – OPERACIONALIDADE:

As práticas adotadas para o emprego da modalidade licitatória pregão estão juridicamente condicionadas aos princípios básicos que norteiam a Lei 8.666/93, quais sejam:

- Legalidade – A Administração Pública deve limitar seus atos àquilo que estiver previsto em Lei;
- Impessoalidade – O interesse público prevalece nas decisões adotadas pelos administradores, e não o interesse do administrador;
- Moralidade – Moralidade administrativa abrange padrões objetivos de condutas exigíveis do administrador público, independentemente, inclusive, da legalidade e das efetivas intenções dos agentes públicos;
- Igualdade – Não se pode propiciar tratamento diferenciado entre os licitantes;
- Publicidade – O procedimento licitatório é público, exceto quanto ao conteúdo das propostas, enquanto não ocorrer sua abertura oficial;
- Probidade administrativa - moralidade, honestidade no trato da coisa pública;
- Vinculação ao instrumento convocatório - a administração deve prender-se à linha que traçou para a realização do certame, ficando

16/03/16  
Luanda  
Controladoria Geral do Município  
Ulianópolis - Pará



adstrita às regras que estabeleceu; Julgamento objetivo – O edital tem que definir, de forma inequívoca, o que será considerado para a escolha da proposta vencedora.

Bem assim aos princípios correlatos da:

- Celeridade – Atos contínuos mais céleres e engajados em que se põe ao largo a burocracia desnecessária mediante a reorganização do momento de concretização de cada ato e fase do certame licitatório;
- Finalidade – A Administração Pública não destitua ou preordene seus atos desviando-os para outros interesses ou finalidades;
- Razoabilidade – Busca a congruência dos atos administrativos e dos seus fins, tanto que um ato pode ser plenamente eficiente, atingindo econômica e plenamente o seu objetivo específico, mas pode não ser razoável para o atendimento dos fins da Administração Pública. Ou seja, o ato administrativo será inválido juridicamente, mesmo dentro dos limites estabelecidos em lei, se foi desarrazoado, incoerente ou praticado sem considerar as "situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada;
- Proporcionalidade – ninguém deve estar obrigado a suportar restrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público;
- Justo preço – Preço dos serviços ou materiais são coerentes tanto para o Estado quanto para o licitante.

(Matéria Doutrinária Jus Brasil).

O Processo Licitatório neste ato analisado, obedece em sua feitura os princípios correlatos a legislação vigente na modalidade de espécie.

Porém, após análise final do Processo Licitatório em questão, observou-se o que segue:

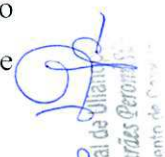


16/03/16  
Gabinete  
Prefeitura Municipal de Ulianópolis  
Dafnelema Guimarães Peron Sili  
Assessoria Jurídica





- Certidão Negativa de Débito, emissão 01/10/2015, vencida em 29/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 283;
- Certidão Negativa de Dívida Ativa, emissão 01/10/2015, vencida em 29/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 284;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais, emissão 01/12/2015, vencida em 30/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 285;
- ✓ • Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emissão 05/12/2015, vencida em 03/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 287;
- ✓ • Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emissão 19/12/2015, vencida em 17/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 321;
- ✓ • Certidão de Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias, emissão 22/12/2016, vencida em 21/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 324;
- ✓ • Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emissão 20/12/2015, vencida em 18/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 374;
- ✓ • Certidão de Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias, emissão 29/12/2016, vencida em 28/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 376;
- ✓ • Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emissão 19/12/2015, vencida em 17/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 397;

  
16/03/16  
Duvalina Guimarães Peron  
Diretora Departamento de Contabilidade






- ✓ • **Certidão Negativa de Natureza Tributária**, emissão 14/07/2015, vencida em 10/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 415;
- ✓ • **Certidão Negativa de Natureza não Tributária**, emissão 14/07/2015, vencida em 10/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 416;
- ✓ • **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**, emissão 20/12/2015, vencida em 18/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 419;
- **Certidão Judicial Cível Negativa**, emissão 15/10/2015, vencida em 13/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 426;
- ✓ • **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**, emissão 16/12/2015, vencida em 14/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 443;
- ✓ • **Certidão de Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias**, emissão 23/12/2016, vencida em 22/01/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 447.

Observa-se, que a publicação no Diário Oficial da União, ocorreu em 04 de Fevereiro de 2016, folhas 573, e que as certidões acima citadas, venceram antes da publicação final dos extratos dos contratos no Diário Oficial da União e antes da solicitação de emissão de Parecer do Controle Interno Municipal.

- **Certidão Judicial de Distribuição**, emissão 16/12/2016, vencida em 14/02/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 290;
- **Certidão de Regularidade Profissional**, vencida em 22/02/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 294.

  
16/03/16  
Prefeitura Municipal de Ulianópolis  
Suelene Guimarães Peres



- **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, 21/08/2015, vencida em 17/02/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 370;
- **Certidão Judicial Cível Negativa**, emissão 11/12/2015, vencida em 10/03/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 400;
- **Certidão de Regularidade Profissional**, emissão 30/11/2015, vencida em 28/02/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 433;
- **Certidão Negativa de Débitos Municipais**, emissão 17/12/2015, vencida em 16/03/2016, empresa vencedora de lotes, folhas 442.



Observa-se ainda, que as certidões acima citadas, venceram após a publicação final dos extratos dos contratos no Diário Oficial da União e antes da solicitação de emissão de Parecer do Controle Interno Municipal, e que o referido processo foi encaminhado a este Controle Interno conforme Comunicação Interna nº. 15162/2016 em 16 de março de 2016, portanto com 41 (quarenta e um) dias após a publicação final dos extratos dos contratos no Diário Oficial da União.

Recomendamos ao setor competente a providência de atualização dos documentos mencionados, antes do início do processo de liquidação dos referidos contratos.

Recomendamos ainda, a observância dos princípios básicos que a Lei de Licitações Públicas norteia, um deles, transcrito a seguir:

- “O Princípio da Celeridade – *Atos contínuos mais céleres e engajados em que se põe ao largo a burocracia desnecessária mediante a reorganização do momento de concretização de cada ato e fase do certame licitatório.*”

160316  
Viviane Guimarães Peres, S/A  
Departamento de Licitação



# Prefeitura Municipal de Ulianópolis

CNPJ/MF: 83.334.672/0001-60  
**Controladoria Geral do Município**  
smci.pmu.gov@bol.com.br

Com base no exposto acima, reencaminhamos o Processo à secretaria de origem para as devidas providências.

Foram os documentos apresentados a este Controle.

Esta é a manifestação que nos cabe, s.m.j.

Ulianópolis/PA, 16 de Março de 2016.

## CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

  
Prefeitura Municipal de Ulianópolis  
**Antonia Lucena de Oliveira**  
Controladoria Geral do Município  
CPF: 428.420.932-92  
MAT: 1.02.98.021



  
16/03/16  
Prefeitura Municipal de Ulianópolis  
**Daiverson Guimarães Peres**  
Diretor Departamento





**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

Nº Certidão: 955040/16

Data da

15/01/2016 15:42:11

Inscrição Estadual: 123991269

CPF/CNPJ: 17341646000135

Razão Social: DISTRIBUIDORA J D C LTDA ME

Endereço: AVE INDUSTRIAL, 3 CEP: 65919230

Telefone: (99)00000000

Município: IMPERATRIZ

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 14/05/2016.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**





**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

Nº Certidão: 955046/16

Data da

15/01/2016 15:49:57

Inscrição Estadual: 123991269

CPF/CNPJ: 17341646000135

Razão Social: DISTRIBUIDORA J D C LTDA ME

Endereço: AVE INDUSTRIAL, 3 CEP: 65919230

Telefone: (99)00000000

Município: IMPERATRIZ

UF: MA

Certifica nos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 14/05/2016.


A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".



**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**



	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	Data 02/02/2016 Hora 14:40
	SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.	
	RECEITA MUNICIPAL	

<b>CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS</b>
--

Número da Certidão

2016/001122

Nº de Controle de Autenticação

659.519.557.537

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

C.N.P.J. / C.P.F. 17.341.616/0001-35		Nome do Contribuinte DISTRIBUIDORA J D C LTDA - ME				
Endereço AV INDUSTRIAL			Número 00003	Apto/Sal 	Bloco 	Complemento 
Bairro SANTA RITA		CEP 65900-000	Cidade IMPERATRIZ			UF MA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam pendências relativas às receitas de competência do Município em nome do requerente acima qualificado.

**INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE**

MERCANTIL: 91604-8

IMOBILIÁRIA

**OBSERVAÇÕES**

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, para o Contribuinte acima.

Esta certidão é válida por 60

dias, conforme o artigo 808, §2º, da Lei Complementar nº 01, de 19 de dezembro de 2003

(Código Tributário Municipal).

A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade no sistema.

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 17341646/0001-35

**Razão Social:** DISTRIBUIDORA J D C LTDA ME

**Endereço:** AV INDUSTRIAL 03 / SANTA RITA / IMPERATRIZ / MA / 65919-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/03/2016 a 10/04/2016

**Certificação Número:** 2016031216462105358140

Informação obtida em 22/03/2016, às 08:28:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



IMPRIMIR VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03030688/0001-40

**Razão Social:** O CORINGAO LTDA EPP

**Endereço:** AV PRESIDENTE VARGAS 540 / CENTRO / ULIANOPOLIS / PA / 68632-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/03/2016 a 02/04/2016

**Certificação Número:** 2016030409482918138904

Informação obtida em 22/03/2016, às 08:31:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS


**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 21/03/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**O CORINGAO LTDA - ME**  
03.030.688/0001-40



**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
  - b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
  - c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
  - d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
  - e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
-  certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 22/03/2016

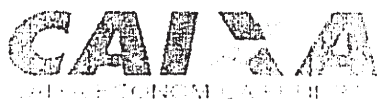
Data da última atualização do banco de dados: 21/03/2016

Selo digital de segurança: **2016.CTD.032J.GY7G.CF34.7YT5.4J1L**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*



22/03/2016 08:39:50



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 14643197/0001-91

**Razão Social:** ADAUTO LUIZ SILVA DOS SANTOS

**Endereço:** RUA DO MERCADO N 1012 / PALMEIRAS / ANANINDEUA / PA / 68632-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/03/2016 a 20/04/2016

**Certificação Número:** 2016032208395070804229

Informação obtida em 22/03/2016, às 08:39:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 21/03/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**ADAUTO LUIZ SILVA DOS SANTOS - ME**

14.643.197/0001-91

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
  - b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
  - c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
  - d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
  - e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 22/03/2016

Data da última atualização do banco de dados: 21/03/2016

Selo digital de segurança: **2016.CTD.5XQA.8CJH.4864.W64Q.NHQF**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03667772/0001-70  
**Razão Social:** M N COMERCIO E SERVICOS LTDA ME  
**Endereço:** RUA NITEROI 204 CJ MAREX / VAL-DE-CAES / BELEM / PA /  
66617-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/03/2016 a 02/04/2016

**Certificação Número:** 2016030410161999678959

Informação obtida em 22/03/2016, às 08:45:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**

## SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

**Nome:** A S NAGASE & CIA LTDA - EPP

**Inscrição Estadual:** 15.275.030-4

**CNPJ:** 09.721.163/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

**Emitida às:** 08:49:43 do dia 22/03/2016

**Válida até:** 18/09/2016

**Número da Certidão:** 702016080117677-6

**Código de Controle de Autenticidade:** 551ECE22.7B5837C4.C729B0B0.D9BB7FD8

**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



## SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA****Nome:** A S NAGASE & CIA LTDA - EPP**Inscrição Estadual:** 15.275.030-4**CNPJ:** 09.721.163/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

**Emitida às:** 08:49:43 do dia 22/03/2016**Válida até:** 18/09/2016**Número da Certidão:** 702016080117678-4**Código de Controle de Autenticidade:** F635EE91.1A52D196.039F18E4.C7AE2449**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 09721163/0001-38  
**Razão Social:** A S NAGASE E CIA LTDA EPP  
**Nome Fantasia:** NAGASE COMERCIO  
**Endereço:** AV PEDRO ALVARES CABRAL 834 SALA B / MARAMBAIA / BELEM  
/ PA / 66615-860

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/03/2016 a 14/04/2016

**Certificação Número:** 2016031611141557633241

Informação obtida em 22/03/2016, às 08:55:59.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





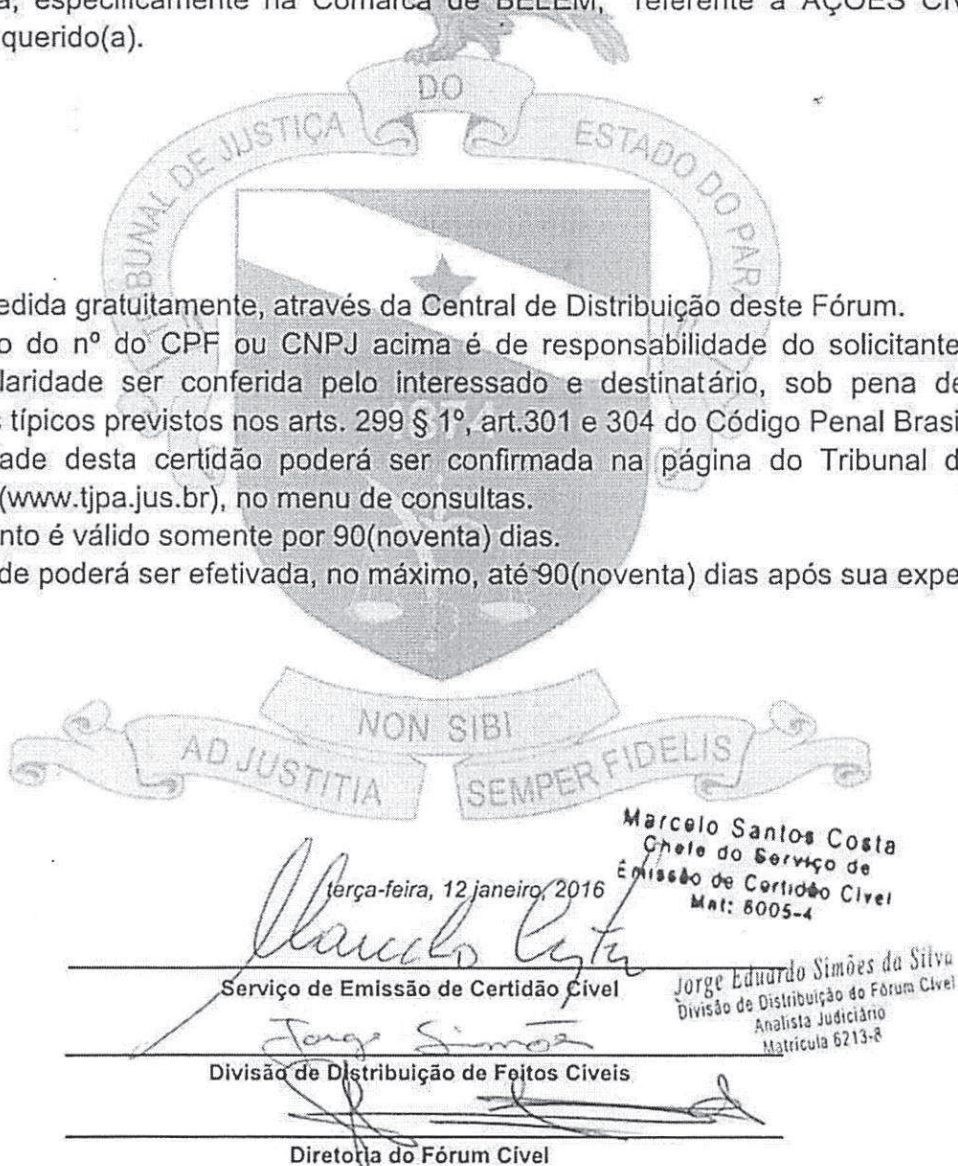
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE BELÉM**

**CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA**

Certifico, que a requerimento da parte interessada, revendo os registros de distribuição, de 1º de janeiro de 1993, até a presente data, em face de A S NAGASE & CIA LTDA - EPP, CNPJ 09.721.163/0001-38, NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1º grau do Estado do Pará, especificamente na Comarca de BELÉM, referente a AÇÕES CÍVEIS em que é parte como requerido(a).

**Observações:**

1. Certidão expedida gratuitamente, através da Central de Distribuição deste Fórum.
2. A informação do nº do CPF ou CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário, sob pena de incorrer na prática dos atos típicos previstos nos arts. 299 § 1º, art.301 e 304 do Código Penal Brasileiro.
3. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Pará(www.tjpa.jus.br), no menu de consultas.
4. Este documento é válido somente por 90(noventa) dias.
5. A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, até 90(noventa) dias após sua expedição.



As informações contidas nesta Certidão referem-se a existência de Ações de Execução Fiscal, Municipal ou Estadual, Execução patrimonial, Falência e recuperação Judicial(Concordata), Cível e Comercial, Família, Interdição/Tutela/Curatela, Inventário e etc...

Certidão em conformidade com o provimento 19/2009 - CJRMB, que institui certidão única para feitos cíveis.

Certidão expedida gratuitamente em : 12/01/2016 11:43:04

CONTROLE: 01121103808595

Está certidão é emitida apenas para pessoas com maior idade civil.

Válida até 11/04/2016 00:00:00

Libra (marcelo.costa)

Comprovação de autenticidade da certidão no site <http://www.tjpa.jus.br>

RECIBO DE PAGAMENTO



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 23625274/0001-71  
**Razão Social:** J M COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME  
**Nome Fantasia:** VERDURAO PETROLINA  
**Endereço:** R PRINCIPAL 405 / CENTRO / ULIANOPOLIS / PA / 68632-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/03/2016 a 20/04/2016

**Certificação Número:** 2016032201393197530704

Informação obtida em 22/03/2016, às 08:58:25.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

## **CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 21/03/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**J & M COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME**  
23.625.274/0001-71

### **OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.

A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 22/03/2016

Data da última atualização do banco de dados: 21/03/2016

Selo digital de segurança: **2016.CTD.K2JX.9KCU.86VO.NSWD.M6W9**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*